



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

Data: 01/07/20 - Quarta-feira

Horário: 14h:30 às 17:00 min

Local: Realizada por videoconferência por meio do aplicativo Zoom Meeting.

1. Aprovação da Memória da 3ª Reunião Extraordinária de 2020;
2. Formulários de indicação de membros do CTCS para o novo mandato, data final para entrega;
3. Informe sobre o cancelamento da terceirização da merenda escolar – atividade do CAE;
4. Discussão sobre recomendação do CTCS face a reabertura das atividades não essenciais e o colapso do sistema de saúde distrital com o avanço da pandemia;
5. Requerimento de divulgação e transparência ativa de diagnósticos de infectados pelo coronavírus, indivíduos doentes e curados da COVID19 no contingente da PMDF;
6. Requerimento de informação acerca do diagnóstico de infectados pelo coronavírus, indivíduos doentes e curados da COVID19 no contingente da PMDF;
7. Requerimento de informação ao CTCS do diagnóstico de infectados pelo coronavírus, indivíduos doentes e curados da COVID19 no contingente de profissionais de saúde da rede pública;
8. Requerimento de informação ao CTCS do diagnóstico de infectados pelo coronavírus, indivíduos doentes e curados da COVID19 no sistema prisional do DF,
9. Avisos finais.

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

Reunião presidida: Cícero Melo – agenda 21, vice-presidente do CTCS, e coordenada por Loyane Corrêa Martins Costa – Secretária Executiva do Conselho de Transparência e Controle Social - CTCS.

	ENTIDADE	REPRESENTANTE		11/12/2019
1	Associação Brasiliense de Imprensa – ABI	Titular	Wanderval Calaça de Mendonça	-
		Suplente	Carlos Augusto Santos Assumpção	P
2	Agenda 21	Titular	Cícero Roberto de Melo	P
		Suplente	José Ferreira Simões	-
3	Conselho Regional de Economia do DF – CORECON	Titular	Jucemar José Imperatori	P
		Suplente	Guidborgongne Carneiro Nunces Da Silva	-
4	Conselho Regional de Contabilidade – CRC	Titular	Alberto Milhomem Barbosa	P
		Suplente	José Luiz Marques Barreto	-
5	DF em Movimento	Titular	Ana Paula Daltoé Inglês Barbalho	FJ
		Suplente	Mackinley Lobato de Souza	-
6	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE	Titular	Max Leno de Almeida	FJ
		Suplente		-
7	Federação da Agricultura do DF – FAPE	Titular	Carlos Alberto de Oliveira Quaresma	FJ
		Suplente	Sandra Moreira Padilha	-
8	Federação de comércio do DF – FECOMÉRCIO	Titular	José Aparecido da Costa Freire	-
		Suplente	Eduardo Alves de Almeida Neto	P
9	Federação das Indústrias do DF – FIBRA	Titular	Diones Alves Cerqueira	-
		Suplente	Susana da Silva Tostes	P
10	Instituto de Fiscalização e Controle – IFC	Titular	Laura Karoliny Nogueira	P
		Suplente	Calebe de Mello Cerqueira	-
11	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB – DF	Titular	Thiago Holanda Barbosa	P
		Suplente	Luis Cláudio de Moura Landers	-
12	Observatório Social	Titular	Luis Fernando Ferreira Costa	P



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

	de Brasília - OS Brasília	Suplente	Flávia Lemos Sampaio Xavier	-
			PRESENTE (P)	09
			Faltas Injustificadas (FI)	00
			Faltas Justificadas (FJ)	03

Observação: as presenças são contabilizadas por Instituição.

O vice-presidente do Conselho de Transparência e Controle Social, Cícero Melo, saúda a todos e dá início à 4ª reunião ordinária de 2020.

Ressaltando de início a dificuldade de estar acompanhando esse período de pandemia. Ficamos preocupado no sentido de ver que o Governo do Distrito Federal está caminhando no sentido de fazer uma abertura geral e ampla das atividades do DF.

Os conselheiros Luis Costa e Carlos Assumpção justificam suas ausências na reunião que se antecede a essa (3ª Reunião Extraordinária de 2020), pelos motivos de o primeiro, devido a uma indisposição bem próxima da hora da reunião, ficando impossibilitado de informar a todos com antecedência; o segundo em virtude do falecimento de sua querida mãe.

Cícero Melo agradece à Secretária Executiva, Loyane Costa, que conduzirá essa reunião. Dando início ao nosso ponto de pauta.

1. Aprovação da Memória da 3ª Reunião Extraordinária de 2020;

A memória foi aprovada por unanimidade.

2. Formulários de indicação de membros do CTCS para o novo mandato, data final para entrega;

Ficou determinado na última reunião que a secretária executiva efetuasse uma tabela das situações das Entidades. O que foi feito.

O conselheiro Jucemar Imperatori se manifestou no sentido de que notificar as entidades que ainda não enviaram a documentação é o adequado dando um prazo razoavelmente curto, tendo em vista que o novo mandato se aproxima.

A secretária executiva informou que foi aberto um processo sei n. 00480-00002779/2020-86 para que a assessoria jurídica legislativa se manifeste acerca da interpretação da recondução dos conselheiros nos termos da RESOLUÇÃO Nº 01, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018, em seu art. 2º, § 3º.

O conselheiro Luis Costa solicitou que fosse encaminhado para as Entidades que ainda não se manifestaram, um ofício com uma certa urgência. E sinalizando uma pergunta no documento se a Entidade tem interesse em permanecer no conselho, caso positivo que envie os nomes até uma data.

O CTCS tem que ter uma dinâmica para que não fique refém dessas Entidades, gostaria de saber se poderemos abrir para novas Entidades, já discutimos isso antes.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

Se for o caso faremos um novo decreto, abrindo para novas Entidades. Têm muitas que gostariam de participar.

O conselheiro Carlos Assumpção se manifestou em dois assuntos. O primeiro se referindo ao problema da indicação de conselheiros que já foi objeto de exame pelo órgão jurídico da CGDF anteriormente, e a resposta é de que é perfeitamente válido um conselheiro alternar como titular e suplente e após dois anos ser reconduzido novamente.

O conselheiro Thiago Barbosa informou que o mandato do CTCS vai até o dia 30 de agosto.

O vice-presidente Cícero Melo comentou que podemos fazer o encaminhamento por duas vias, um ofício e mensagem por whatsapp.

Ficando estipulado para o dia 17 de julho o prazo para manifestação das Entidades.

Carlos Assumpção lembrou que temos três vagas em aberto, o procedimento não andou na CGDF. Temos que agilizar esse processo para preenchimento dessas vagas.

O conselheiro Eduardo Almeida se manifestou dizendo que três vagas em aberto no CTCS é uma prova cabal de que na verdade tem algum problema com o conselho e o primeiro esforço é sabermos o que ocorreu, porque essas três vagas não foram preenchidas. Sendo tão urgente quanto a recomposição deste CTCS.

Cícero Melo sinalizou da importância de entrar na nova recomposição do CTCS com a sua totalidade.

3. Informe sobre o cancelamento da terceirização da merenda escolar – atividade do CAE;

O vice-presidente Cícero informou que o CAE atuou na hora certa para que essa licitação não fosse à frente com a ajuda do Observatório Social.

A intenção do governo é de avançar na terceirização da merenda escolar.

O conselheiro Thiago Barbosa informou que basicamente o que o conselheiro Cícero está correto. A suspensão da licitação foi no dia 19 de junho, a qual encontrava vários questionamentos e sofreu várias impugnações. Ainda está no prazo do pregoeiro para se manifestar e a Administração Pública decidir se vai ou não continuar com o certame por conta desse impasse e dos questionamentos que foram feitos pelo CAE.

Luis Costa adentrou no assunto de quando foram apresentar a proposta da terceirização na reunião do CTCS, fizeram uma apresentação bacana. Dois ou três dias antes, participávamos de uma reunião na EMATER e já tínhamos externado a preocupação dessa questão da terceirização.

A intenção é que as crianças tivessem uma boa alimentação num prazo adequado e que não causasse danos ao erário.

Temos que ficar atentos porque a terceirização não parou, ela está suspensa, mas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

pode ocorrer a qualquer momento.

Cícero agradeceu aos argumentos do conselheiro Luis Costa e se lembra que o CAE tem um estudo muito detalhado com relação a isso.

O tema alimentação escolar é muito sensível porque implica impactos na economia local, nutricionais e outros aspectos.

O que o governo tem argumentado é que um dos aspectos para se plantar a alimentação escolar terceirizada é a questão da infraestrutura que a escola não tem.

O CAE chama atenção de um aspecto muito importante que é um aporte de recurso do Governo Federal para montar essa infraestrutura. Parece que o Governo do Distrito Federal não está se atentando a essa questão.

Temos que levar isso para a comunidade escolar, debater e dar esse tempo de maturidade.

Temos que ficar vigilantes e dar esse tempo a instituições que são da área e que dominam o assunto. Podemos estar contribuindo diante das limitações que o conselho tem.

Luis Costa sugestiona o encaminhamento de um Requerimento ou ofício ao CAE pedindo para que este nos mantenha informados.

A conselheira Flávia Lemos complementa dizendo que assim como nas últimas reuniões a conselheira Carla do Observatório Social nos trouxe atualizações das experiências que ela tem junto ao CAE e junto a esse estudo detalhado sobre as questões referentes à terceirização da merenda escolar no DF. Eu sugiro que agente convide também e tenhamos essa aproximação pessoal com o CAE. A minha sugestão é um convite para um representante do CAE para estar na próxima reunião.

Cícero confirma as sugestões dos conselheiros Luis e Flávia. Para que este forneça um estudo detalhado em relação a merenda escolar e alguma representando do CAE possa estar na próxima reunião.

O conselheiro Thiago informa que em caso de algum conselheiro do CAE não puder estar presente na próxima reunião que ao menos eles nos mantenham informados acerca da merenda escolar. Para que este conselho possa se manifestar em relação a qualquer ponto.

4. Discussão sobre recomendação do CTCS face a reabertura das atividades não essenciais e o colapso do sistema de saúde distrital com o avanço da pandemia;

Foram analisados e lidos todos os requerimentos dispostos na pauta da reunião.

O vice-presidente Cícero indagou que em relação à situação da pandemia não está conseguindo entender os dados que o governo apresenta porque tem uma consolidação da imprensa, que criou um observatório para poder acompanhar a pandemia, o governo tem apresentado números no portal da transparência e outros números em entrevistas de uma forma desconexa. Então, de fato não temos um



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

número preciso ou mais aproximado que nos informe em relação a pandemia. A população não está bem informada em relação a esses dados.

Daí vemos a questão da Polícia Militar que não apresentou transparência aos procedimentos adotados pela corporação em relação a pandemia.

Temos a questão da saúde em que os próprios profissionais estão sendo afetados pela pandemia. Não tendo transparência também nesse aspecto.

E outra situação que se tornou crítica é a prisional.

Como faremos essa abordagem para cada segmento desse?

Agradeço ao conselheiro Guidborgongne que nos tem informado diariamente em números dessa situação crítica.

Jucemar Imperatori disse que a comunicação não está sendo clara, estamos numa época de visibilidade total e independentemente do regime ou estilo do governante temos que ser precisos. É dramático esse abre e fecha. Não é porque na Europa abriu que aqui tem que abrir também. Nisso todos ficamos perdidos. Estamos no pico ou não estamos?

A deficiência na comunicação é cruel, a falta de liderança. Colocando a economia acima de tudo. Claro que chega a um momento que ninguém aguenta. Chegando a uns três meses se começa a pressão de todos os lados, ao ponto de o governador querer tratar a pandemia como uma gripe normal.

E quanto ao não atendimento das outras patologias, mortes, não pelo Covid-19, mas pelo não tratamento adequado. Quantas famílias estão nessa situação.

Então, falta muita transparência, qualidade na informação.

O conselheiro Eduardo Almeida argumenta que devemos destacar pontos que devemos argumentar, solicitar providências do governo, informações que indique ser a transparência o forte no enfrentamento da crise sanitária. Até porque é fundamental para atenuá-la. E também a disponibilidade de leitos.

Flávia Lemos destaca a essa discussão para que possamos fazer uma reflexão sobre a fonte de informação que a gente vem trabalhando que é o governo distrital. Diante dessa divergência de fontes, uma completa falta de coerência, de transparência, respeito, ética com as pessoas devemos atentar para a falta de remédios nas UTI'S. Devemos repensar sobre a falta de medicamentos que está sendo um dos gargalhos dessa crise.

Outra questão é a publicação da notícia sobre o Ministério Público do Distrito Federal cobrando a divulgação correta dos dados sobre a ocupação dos leitos por Covid-19.

Então a minha questão é para que a gente repense sobre voltar a trabalhar com a questão dos estoques de medicamentos. E uma segunda reflexão que eu trago é em relação a fonte de informação. Trabalhamos muito com requerimentos, mas a minha reflexão é sobre a fidelidade e credibilidade dessas informações governamentais.

Talvez esse CTCS possa trabalhar com outras fontes. Já existem conselhos na área de saúde trabalhando com essa epidemia.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

Logo, não seria o caso de um convite para um conselho de saúde do DF, para o representante do Ministério Público do DF para que não fiquemos reduzidos a um mero requeredor de informações do governo.

Carlos Assumpção entende que é complexo demais para que o conselho adote no momento um posicionamento. Em relação aos requerimentos me parece que a função do conselho seria não só de acompanhar, mas de recomendar que o GDF tivesse cuidado com tudo que está acontecendo, essa desinformação em princípio. Se entrarmos no detalhamento operacional do combate ao Corona Vírus, vamos perder efetividade na abordagem. Logo, deveríamos ser mais genéricos e cobrar transparência no que o governo vem fazendo em relação à pandemia. Acho que os requerimentos deveriam ser unificados e dirigidos ao governador.

Cícero indaga que devemos direcionar ao governador nos que nos cabe, que é a transparência, voltando aos aspectos de todos os requerimentos citados na pauta. Devendo termos apenas um documento contemplando os três campos destacados na pauta.

Carlos Assumpção diz que esses pontos de pauta deveriam ser apenas exemplificativos, pois existem vários outros pontos que não cabe destacar por podermos perder efetividade. O ideal é um documento genérico abarcando tudo.

Luis Costa entende que deve ser nessa linha, somos um conselho e não temos como ficar alinhavando questões específicas. Devemos fazer apenas um ofício abarcando questões mais amplas. Genérico, mas cobrando ao governador de que existe um Conselho de Transparência e Controle Social que está aqui atento e que não está satisfeito com essas questões de transparência em alguns seguimentos e citando alguns exemplificativamente.

O vice-presidente Cícero concorda com todos no sentido de fazermos um único texto e pede para que todos colaborem enviando sugestões de texto no e-mail da secretária executiva para posteriormente fazermos a compilação.

A conselheira Flávia Lemos apresentou uma forma de encaminhamento, ao invés de ser apenas um ofício ao governador, que fosse encaminhado como uma carta aberta, com as preocupações que o CTCS está tendo em relação aos procedimentos do governo no enfrentamento da crise sanitária. E com isso trazer maior visibilidade do CTCS em relação a sua competência, trazendo maior legitimidade e proximidade com a população.

O conselheiro Carlos Assumpção trouxe uma observação e entendeu o posicionamento da conselheira Flávia Lemos, mas tem uma certa preocupação com a figura da carta aberta, porque estamos vivendo um momento muito sensível tendo receio de ser entendida a carta aberta como uma atitude hostil do CTCS em relação ao governo.

Como estamos em uma situação de colaborar e não de enfrentamento, tenho certo receio de como seria entendido por parte do governo. Acredito que em outro momento seria procedente, mas no momento atual, muito tumultuado, acho que poderia criar um certo choque entre os objetivos do CTCS e a instabilidade que



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

teríamos que passar para o governo de que estamos aqui para colaborar, sugerir, acompanhar.

Cícero Melo complementa que seria o caso de não criar uma animosidade.

Eduardo Almeida diz não ser nem o caso de criar ou não uma animosidade. Temos o Conselho de Transparência e Controle Social, decisão colegiada de encaminhamento, interação entre Sociedade e Poder Público. Mas não me parece que este seja o papel do Conselho antes de vencer os canais disponibilizados via Corregedoria e sair como protagonista de uma carta aberta ao governo, Poder Executivo. Não me parece razoável isso. Além do mais, somos representantes de Entidades e não me sinto à vontade de encaminhar algo dessa natureza. Me sinto à vontade ao encaminhamento anterior.

Flávia Lemos entende as posições, e gostaria de lembrar um pouco a natureza desse Conselho que não é de governo e sim de sociedade civil. Entendo que temos entidades representadas e cada um tem sua forma de se relacionar com essas Entidades, isso é respeitado e autônomo. Não há um consenso aqui quanto a divulgação, já sendo apresentado duas posições contrárias.

Agora, é um documento público e isso não impede que as instituições que sintam necessidade de dar transparência a ela, até porque essa transmissão é pública, sendo transmitida, inclusive, por *youtube* e qualquer documento gerado tem também caráter público. E isso não impediria que essa informação fosse dar transparência a ela.

Eu só quero trazer um pouco esse papel do CTCS e sua eficiência. Eu vejo o meu tempo como muito escasso e quero cada vez, assim como os senhores, que seja efetivo.

Então eu trago aqui uma reflexão, não seja esse o momento para que a gente traga então essa posição. Porque eu concordo que pode gerar uma interpretação que não era a que eu gostaria de gerar que seria de animosidade ou de polarização que infelizmente é o que vem acontecendo em nossa política. Mas há necessidade de trazer transparência e uma participação de fato da sociedade civil. Caso contrário, não estaríamos representando de fato a quem a gente deveria.

Todos concordaram com o encaminhamento por meio de um ofício ao governador, com a produção colaborativa desse texto que será consolidado ao decorrer da semana. Após a aprovação pelos conselheiros será encaminhado.

Luis Costa sugeriu um prazo para envio das sugestões.

Cícero Melo sugeriu até o dia 10 de julho de 2020.

Foi aprovado por todos os conselheiros dessa forma. Nenhuma manifestação contrária.

Passando para o próximo ponto de pauta foi lembrado pela secretária executiva que da forma que foi proposto pelos conselheiros, juntando todos os requerimentos para formação de um único documento a ser encaminhado através de um ofício. Irmos direto para os avisos finais.

Avisos Finais



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

Cícero melo lembrou da sugestão de Ana Paula Barbalho, sugerindo como ponto de pauta para a próxima reunião: proposta de os conselheiros ter uma ajuda de custo, uma colaboração para que viesse a melhorar o próprio desempenho nas atividades.

O texto foi lido em reunião pela secretária executiva.

Luis Costa considerou pertinente e sugeriu ver com a secretária executiva do CTCS como funciona em relação aos outros conselhos se existe essa questão.

Carlos Assumpção a respeito dessa proposição da Presidente afastada Ana Paula. Mas todos nós representamos uma Entidade da sociedade civil no Conselho e eu não me sentiria confortável em relação a esse assunto, gostaria de me abster de discuti-lo por achar que não é compatível com o que representamos.

Simões informou que os conselhos de que participa não há essa questão do "geton".

Flávia Lemos complementa e diz que desconhece qualquer tipo de verba em relação a conselhos. O que pode acontecer é em relação a indenizações de por exemplo, deslocamento necessários. Me sinto desconfortável também e penso que pode trazer uma visibilidade negativa ao CTCS em termos midiáticos.

Jucemar Imperatori também ressaltou que todas as atividades e conselhos dessa natureza e outros conselhos de que participou sempre foram sem remuneração. Por todas as reuniões do CTCS forem em Brasília não há necessidade de indenizações.

Eduardo Almeida concordando com os anteriores e complementa que as características do CTCS e despropositada com essa ajuda de custo. Frisa que esse tema não deve ser pautado pelo Conselho. O tema é completamente despropositado e voto para que esse assunto não seja pautado nesse Conselho.

A secretária executiva do CTCS aproveitando a oportunidade do assunto discutido, informou aos conselheiros que no art. 2º, §5º do Regimento Interno, que a participação no CTCS é considerada serviço público relevante não remunerado.

O vice-presidente Cícero Melo percebeu que, com todo o exposto, o regimento deixa claro, se fizermos uma alteração nesse sentido teríamos que mexer no Regimento Interno do CTCS. A maioria das manifestações foi no sentido de que não consolide esse ponto em pauta.

Por consenso esse ponto não entrará em pauta na próxima reunião.

O conselheiro Luis Costa sugeriu que constasse nesta memória de reunião a moção dos conselheiros de conforto e lamento aos dois colegas conselheiros do CTCS que perderam entes muito queridos e temos que mostrar nossa solidariedade.

Constando da ata o lamento e o conforto desses colegas e a família que perderam seus entes muito queridos, que não são só entes queridos, mas muito queridos, dois colegas perderam, nada mais, nada menos que sua mãe. O outro colega além de perder a mãe, perdeu mais um irmão.

Cícero Melo ressaltou que está acolhida essa moção, tendo que registrar sim nosso sentimento profundo com os nossos colegas que perderam seus entes queridos, não havendo problema nenhum de fazermos esse registro.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

Flávia Lemos fez uma solicitação à secretária executiva, acerca das respostas dos requerimentos do CTCS enviados via e-Sic. Para que envie o status de cada um dos requerimentos de 2020 no formato de um quadro.

O Vice-presidente agradece a presença de todos e encerra a 4ª reunião ordinária do ano de 2020 às 17h18min.